

Iceland
Liechtenstein
Norway grants

FUTURE PLANNING

ENVIRONMENTALLY RESPONSIBLE, SOCIALLY JUST

E-BOOK



HØGSKULEN
FOR GRØN
UTVIKLING



EEA GRANTS

Através do Acordo do Espaço Económico Europeu (EEE), assinado na cidade do Porto em maio de 1992, a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega, são parceiros no mercado interno com os Estados-Membros da União Europeia.

Como forma de promover um contínuo e equilibrado reforço das relações económicas e comerciais, as partes do Acordo do Espaço Económico Europeu estabeleceram um Mecanismo Financeiro plurianual, conhecido como EEA Grants, através do qual a Islândia, o Liechtenstein e a Noruega apoiam financeiramente os Estados membros da União Europeia com maiores desvios da média europeia do PIB per capita, onde se inclui Portugal.

Os dois grandes objetivos dos EEA Grants são:

- Reduzir as disparidades económicas e sociais no Espaço Económico Europeu
- Reforçar as relações bilaterais entre os países beneficiários e os países doadores.



MUDANÇAS

São necessárias mudanças políticas para evitar impactos negativos de políticas.

Os mecanismos para assegurar a coerência política para o desenvolvimento sustentável devem ser utilizados de forma mais sistemática e eficiente por todo o poder político.



PRESIDENTE DA ASPEA

Dr. Joaquim Pinto

Future Planning, co-financiado pelo Programa EEA Grants 2014-2021 através do programa do Fundo das Relações bilaterais, resulta de uma parceria com o Município de Lousada e a Escola Superior para o Desenvolvimento Verde de Bryne (Noruega), integrando, ainda, como parceiros externos a Câmara Municipal de Benavente e a Junta de Freguesia dos Olivais.

Com este programa pretendemos contribuir para a capacitação de educadores e decisores políticos locais através de visitas e partilha de experiências sobre uma gestão eficaz do território e que incentivam à participação da comunidade na tomada de decisões políticas, diminuindo a lacuna que se observa entre o discurso ambiental e a sua tradução na prática.

Em Portugal, de uma forma geral, a utilização de indicadores de sustentabilidade ambiental no planeamento territorial local é débil. Embora seja evidente o uso do discurso ambiental no planeamento e na elaboração de documentos estratégicos, a expressão efetiva de indicadores ambientais e de participação social é bastante menor em comparação aos indicadores sociais ou económicos. As práticas de planeamento do território tendem, assim, a favorecer as dimensões que induzem à perceção de um "retorno" mais imediato, descuidando, muitas vezes, os processos participativos entendidos como processos educativos, por condicionarem essas respostas mais imediatas, apesar de mais consolidadas e comprometidas com as respostas à crise climática, à perda de biodiversidade e à paz.

Como referido por Ramos Pinto, J., Meira Cartea, P. (2004), nas estratégias locais de sustentabilidade, todo o processo participativo deverá ser entendido como um processo socioeducativo. É outra forma de educar para um novo paradigma de participação social e de decisão democrática.

Foi assente neste paradigma que este programa estabeleceu a partilha de experiências e práticas no que respeita à gestão ambientalmente responsável e socialmente justa do território e fomentou o diálogo entre educadores e profissionais do ambiente e território no seu trabalho de formação de cidadãos sensibilizados para as questões ambientais com expressão territorial.



VEREADOR DA C.M. DE LOUSADA

Dr. Manuel Nunes

A partilha de experiências, para além de alargar horizontes que permitem o debate de opiniões e o confronto saudável de ideias, coloca em perspetiva realidades, conceitos e processos adquiridos que muitas vezes não são devidamente refletidos.

O projecto Future Planning e a vinda a Lousada de uma delegação norueguesa, não só permitiu alcançar estes objectivos, como também permitiu reforçar as parcerias e explorar novos modelos em termos de gestão e planeamento do território e dos projectos comunitários.



REITOR DA HØGSKULEN FOR GRØN UTVIKLING

Prof. Dag Jørund Lønning

Por toda a Europa, as comunidades estão encarregues de contribuir para o planeamento e desenvolvimento local. E em toda a Europa, os municípios, bem como as comunidades locais, procuram meios e ferramentas para que isso aconteça. Høgskulen for Grøn Utvikling tem como objetivo reforçar as comunidades locais e melhorar o processo de co-criação entre comunidades e municípios, formar representantes das comunidades para se tornarem mais conscientes dos seus próprios recursos e das possibilidades da sua comunidade. Neste projecto tivemos a oportunidade de trabalhar em conjunto com o Município de Lousada, e de estudar como as comunidades e municípios portugueses colaboram. Aprendemos e vimos tanto que vamos trazer para casa, para o nosso trabalho na Noruega. Esperamos sinceramente que a nossa própria experiência também seja de valor para os nossos colegas portugueses nos seus próximos esforços.



ENQUADRAMENTO

Planeamento territorial e boas práticas

Em Portugal, de uma forma geral, a utilização de indicadores de sustentabilidade ambiental no planeamento territorial local é débil. Embora seja evidente o uso do discurso ambiental no planeamento de processos e na elaboração de documentos, a expressão efetiva de indicadores ambientais é bastante menor em comparação aos indicadores sociais ou económicos. As práticas de planeamento territorial tendem, assim, a favorecer as dimensões que induzem à perceção de um "retorno" mais imediato, isto é, em termos económicos diretos ou em valências sociais. É importante envolver educadores e decisores políticos locais promovendo o debate sobre uma boa e eficaz gestão do território, incentivando à tomada de ação, diminuindo a lacuna que se observa entre o discurso ambiental e a sua tradução em Boas Práticas.

Enquanto numerosos processos desafiam a sustentabilidade do nosso futuro europeu comum, as políticas de desenvolvimento territorial sustentável têm que atingir uma série de objetivos, como a redução das disparidades, o apoio ao desenvolvimento policêntrico equilibrado, a criação de medidas para a revitalização de aglomerações em declínio, o aumento da eficiência das redes de transporte e energia, a prevenção e redução dos potenciais danos provocados por riscos naturais, a proteção e melhoria do ambiente natural e construído, a promoção de práticas agrícolas e florestais amigas do ambiente, a obtenção de um equilíbrio entre a preservação do património cultural existente, a atração de novos investimentos e o apoio às comunidades residentes e trabalhadoras nas áreas urbanas e rurais e o aumento da participação pública nos processos de desenvolvimento territorial (Declaração de Ljubljana sobre a Dimensão Territorial do Desenvolvimento Sustentável, CEMAT, 2003).



BOAS PRÁTICAS

Uma boa prática é um exemplo do mundo real (estudo de caso) em que foi aplicado um método ou técnica que tem demonstrado consistentemente resultados superiores aos alcançados por outros meios. O estudo de caso e a abordagem relacionada são, portanto, utilizados como referência em relação à qual outras atividades podem ser medidas. As melhores práticas estão estreitamente relacionadas com o termo "estado da arte", que por vezes é também utilizado para se referir a uma coletânea de exemplos de Boas Práticas.

É benéfico para os educadores e para os decisores políticos locais olharem para exemplos de boas práticas para ver o que outros municípios foram capazes de alcançar. Diferentes locais em toda a Europa têm alcançado boas práticas em diferentes aspetos na gestão do território, inclusive Portugal. Este guia vai fornecer uma coletânea útil destas boas práticas ambientais. Diferentes perspetivas foram obtidas através da participação de representantes de vários locais/ instituições/ poderes políticos.

Um guia aberto para todos que queiram participar, partilhar, implementar Boas Práticas.



SUSTENTABILIDADE NA ALIMENTAÇÃO: RESPEITA A COMIDA, REDUZ O DESPERDÍCIO



Texto criado de: Larissa Sousa - 3.º Ano - maio 2021

Ana Palmar
C.M. Benavente



BACKGROUND

O desperdício alimentar tem um impacto económico, social e ambiental, pelo que a sua redução tem recebido uma atenção crescente a nível internacional, nacional e regional, como parte dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Nos refeitórios escolares, a quantificação do desperdício alimentar é um passo importante na sua redução, pois permite compreender a magnitude do problema, ajuda a definir estratégias de prevenção e permite avaliar a redução do desperdício ao longo do tempo.

OBJETIVOS

Avaliar o desperdício alimentar nos almoços dos refeitórios das Escolas Básicas do 1.º ciclo, a sua relação com a satisfação e o efeito das estratégias de intervenção na redução do desperdício alimentar.

DESCRIÇÃO

O desperdício alimentar nos almoços escolares revela que os alunos não obtêm todos os nutrientes da refeição, o que, combinado com os impactos económicos, ambientais, sociais e morais, torna essencial a redução do desperdício alimentar nas escolas.

Este estudo foi realizado em duas escolas primárias do Município de Benavente, envolvendo 366 alunos, e foi dividido em três fases: na Fase I, foi avaliada a satisfação com as refeições e quantificado o desperdício alimentar; na Fase II, implementaram-se diferentes estratégias de intervenção; na Fase III, foi avaliado o impacto dessas intervenções no desperdício alimentar.

CONTEXTO

2030 Agenda para o Desenvolvimento Sustentável .
Pacto Ecológico Verde.

AÇÃO TIPO

Educação Ambiental e Alimentar.

STAKEHOLDERS

Estudantes, professores e pais.

FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

Orçamento Municipal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Antes da intervenção, 36,7% dos alimentos servidos eram desperdiçados, após a intervenção o desperdício diminuiu para 33,1%.

Em ambas as Fases, pela quantidade elevada de desperdício alimentar, destacaram-se os pratos de peixe (42,2%) e a hortícolas(68,5%).

Em geral, houve uma relação inversa entre a satisfação e o desperdício alimentar.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Redução estatisticamente significativa de desperdício alimentar.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Resistência à mudança.

ACÇÕES FUTURAS

Implementar, em todas as escolas do Município de Benavente, uma intervenção a longo prazo que aborde este problema.

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

De modo a reduzir o desperdício alimentar, é necessário quantificá-lo várias vezes por ano, a fim de implementar as estratégias de intervenção adequadas.

RESPONSÁVEL
Rute Alexandra Giga Espanhol
rute.espanhol@cm-benavente.pt

<https://www.cm-benavente.pt/>

ADAPTAÇÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL AOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E DA AÇÃO CLIMÁTICA



C.M. Benavente

BACKGROUND

A adaptação obrigatória do PDM de Benavente ao novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial foi vista como a oportunidade de abordar questões ambientais e de desenvolvimento sustentável, tais como a adaptação às alterações climáticas e o ciclo da água.

OBJETIVOS

Promover o desenvolvimento sustentável, estabelecendo princípios e orientações para: aumentar a resiliência dos ecossistemas; encorajar as medidas de mitigação e alteração às alterações climáticas, a eficiência ambiental e a economia circular; sensibilizar para a interdependência entre ecossistemas saudáveis e bem-estar humano, estimulando a integração das comunidades nos planos de conservação ambiental.

DESCRIÇÃO

A implementação da nova subcategoria de uso do solo rústico Infraestruturas Verdes (IE) valoriza a estrutura ecológica municipal, visa um continuum ecológico com vocação para a regulação climática, infiltração das águas da chuva, bem-estar humano, enquadramento paisagístico e concretiza uma opção da estratégia municipal para a adaptação e mitigação das alterações climáticas. O espaço de IE do solo rústico, constituindo também uma zona de transição entre o meio rústico e urbano, estabelece a ligação aos Espaços Verdes do solo urbano, reforçando a proteção e valorização dos corredores ecológicos, como os leitos, margens e faixas de proteção aos cursos de água. As orientações gerais estabelecidas para as IE do solo rústico: proteger, restaurar e valorizar os recursos naturais e melhorar os serviços ecossistémicos e os serviços culturais, uma vez que são encorajadas as atividades recreativas e culturais ao ar livre.

CONTEXTO

Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial 2015.
Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Benavente.

AÇÃO TIPO

Adaptação da Primeira Revisão do PDM de Benavente.

STAKEHOLDERS

Comunidade local, governo (central e regional), associações e empresas.

FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

Orçamento Municipal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Aumentar a resiliência do território às alterações climáticas e beneficiar a qualidade de vida dos cidadãos e visitantes; Atrair novos investimentos, guiados por princípios de responsabilidade ambiental e justiça social; Harmonizar as necessidades da população local (lazer, desporto, cultura, educação, economia e saúde) com a proteção, recuperação e valorização dos recursos naturais.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Estabelecer diretrizes e princípios para as normas e regulamentos municipais; Reforçar a sensibilização do público para as questões ambientais; Atualizar o modelo de desenvolvimento às exigências atuais.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Inexistência de um Fundo Municipal de Sustentabilidade Ambiental e Urbanística; Resistência à mudança e adaptação das políticas públicas aos conhecimentos e circunstâncias atuais.

AÇÕES FUTURAS

Adaptar os regulamentos e normas municipais aos princípios e orientações do Plano Diretor Municipal.

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

Aplicar os princípios e orientações nacionais e globais à realidade local (biofísica, social, económica e política).

RESPONSÁVEL

João Pedro Leitão
joao.leitao@cm-benavente.pt

<https://www.cm-benavente.pt/>



NATURA COM VIDA - Canoeing and Trekking



Ana Palmar
C.M. Benavente

BACKGROUND

Necessidade de estimular o exercício ao ar livre e o interesse em divulgar o espaço rural e os bens naturais do município.

OBJETIVOS

Divulgar, valorizar e proteger o património natural do município. Aumentar a consciência da interdependência entre ecossistemas saudáveis e bem-estar humano, estimulando a participação das comunidades em planos de preservação ambiental. Promover o desporto e o exercício ao ar livre como uma fonte de saúde e bem-estar. Proporcionar socialização entre os participantes.

DESCRIÇÃO

Estas atividades ao ar livre em meio natural são uma prática com alguns anos e com um calendário sazonal e regular. Os eventos de canoagem em Vala Nova estão abertos ao público em geral e incluídos nas atividades de férias escolares.

Para além dos percursos conhecidos anteriormente mencionados, no contexto ambiental, a equipa pretende mostrar novas e diversificadas trilhas para levar os caminhantes mais perto da natureza e do património cultural.

CONTEXTO

O trekking e outras atividades ao ar livre na natureza são populares na nossa comunidade e uma forte aposta do turismo no Município de Benavente.

AÇÃO TIPO

Canoagem em Vala Nova e Trekking em caminhos de campo e naturais.

STAKEHOLDERS

Outros sectores municipais, como o turismo, autoridades locais, comércio local, proprietários.

FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

Orçamento Municipal.

PRINCIPAIS RESULTADOS

O número de participantes aumentou. Promoveu o património natural do concelho aos residentes e visitantes, que já estão à procura deste produto no sector do turismo municipal.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Maior consciência sobre os impactos humanos na natureza e sobre a importância e necessidade de preservar o nosso ambiente natural. Melhoria dos cuidados de saúde individuais e comunitários.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Recém-chegados que não estão familiarizados com caminhadas em trilhos naturais.

Diminuição dos caminhos abertos à passagem pública e receio dos proprietários de terras em acesso geral, devido a questões de segurança.

ACÇÕES FUTURAS

Continuar a promover atividades ao ar livre na natureza e no campo para melhorar a saúde e divulgar a importância da proteção dos ecossistemas.

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

Encontrar novas formas e parcerias para aproximar as pessoas da natureza.

RESPONSÁVEL
Ana Luis Pereira
ana.l.pereira@cm-benavente.pt

<https://www.cm-benavente.pt/>



"BROOK-COUNCILS" DE JÆREN



BACKGROUND

A melhoria da qualidade da água tem sido, como referido, uma política geral durante um longo período. De 2013-2015, HGUt foi contratada como avaliadora para descobrir como/se o processo foi bem sucedido.

OBJETIVOS

O objectivo era incentivar que os proprietários de terras a tomarem medidas para melhorar a qualidade da água. A sua principal responsabilidade era para com as escorrências das actividades agrícolas. As fontes de poluição foram identificadas, pelo que a principal tarefa era levar os proprietários a compreender que era seu dever participar e que a única forma de sucesso era que eles próprios trabalhassem activamente para a melhoria.

DESCRIÇÃO

Neste projecto, foi introduzida uma abordagem inovadora. Era evidente que seria impossível reunir todos os proprietários de terras para cooperarem em busca de soluções (eram muitos e espalhados por uma área demasiado vasta). Foi estabelecida uma estrutura baseada nos cursos de água mais pequenos - os chamados "Brook-councils". Assim, o grande número de proprietários foi reduzido em grupos de 4-8 proprietários. Além disso, duas pessoas (facilitadores) foram contratadas para trabalhar com "Brook-councils" e ajudá-los no seu trabalho. As duas pessoas praticaram uma metodologia de estar constantemente no campo, discutindo com os agricultores e os "Brook-councils" e mostrando-lhes que o seu conhecimento local/situado era importante e podia ser importante para o desenvolvimento de soluções. Para êxito desta estratégia era crucial estabelecer uma forte relação de confiança entre proprietários e as autoridades.

CONTEXTO

Político : Uma vez que a Noruega, através do acordo com a UE, está empenhada em melhorar a qualidade da água a todos os níveis e locais, há muito tempo que trabalha sistematicamente para reduzir as escorrências dos campos, áreas habitadas e infra-estruturas para os cursos de água. Os municípios noruegueses são a entidade responsável pelo planeamento e assegurar a qualidade de água, no entanto como os cursos de água, rios, etc. não estão geralmente limitados dentro de um único município, foi imposto um sistema de

gestão de bacias hidrográficas.

Social: Os terrenos na Noruega são propriedade privada. Assim, para melhorar a qualidade da água nos rios, é necessário trabalhar através dos proprietários. Para que os municípios tenham sucesso, precisam de políticas e planos que assegurem a participação dos proprietários, por exemplo, os agricultores. Os agricultores na Noruega são geralmente bem educados e com elevadas competências, mas muitas vezes têm excesso de trabalho e não se encontram numa posição económica que lhes permita assumir grandes encargos em actividades de melhoria. É necessário desenvolver uma boa comunicação com os agricultores e auxiliá-los com meios necessários para implementar soluções adequadas.

Ambiental: As escorrências da agricultura, indústria, estradas e outras instalações construídas pelo homem constituem uma séria ameaça à qualidade da água e à biodiversidade dos ecossistemas aquáticos na Noruega. Foram feitos estudos para determinar a qualidade da água e as necessidades de acções a empreender em toda a água na Noruega.

AÇÃO TIPO

Durante o 2013-2015, esta região - denominada "The Jæren Water Management Area" foi criada. Foi estabelecido um sistema de comunicação/diálogo com os proprietários das terras (agricultores). Este era um sistema para estabelecer contacto e permitir aos proprietários de terras fazer o necessário para melhorar a qualidade da água.

Uma vez que as propriedades são bastante numerosas e muitas, e os rios são sinuosos através da paisagem e, portanto, ligam-se a uma multiplicidade de propriedades, entendeu-se que para encontrar soluções tem de ser uma actividade concertada e participativa.

STAKEHOLDERS

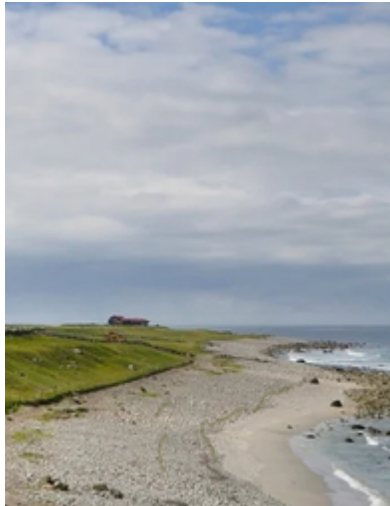
Proprietários de terras (os agricultores), estruturas em torno dos "Brook-councils".

FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

Direcção do Ambiente através de Jæren Vannområde ; HGUt foi financiado com NOK 450.000 para fazer a avaliação.



"BROOK-COUNCILS" DE JÆREN (cont.)



PRINCIPAIS RESULTADOS

Ambiental: Monitorização constante da qualidade da água revelou a necessidade de maior controlo, como demonstram os depósitos de escorrências no leito dos rios e nas zonas ribeirinhas.

Social : Os "Brook-councils" asseguraram que os proprietários se envolveram activamente e se interessaram pelo desafio, trabalhando de perto com os Brook-councils e ganhando a sua confiança, os facilitadores foram capazes de detectar problemas numa fase inicial e trabalhar directamente com os proprietários para encontrar soluções viáveis; aumentou o conhecimento dos proprietários de terras sobre o funcionamento dos processos naturais e permitindo-lhes assim identificar e implementar soluções de base local; permite a participação de um meio local.

Económico: Os proprietários foram capazes de encontrar soluções locais que podiam ser implementadas a baixo custo ou sem custos.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Social: Construção de confiança - onde antes havia desconfiança, agora há um espírito positivo de cooperação.

Económico: Poupança de dinheiro através da utilização de

conhecimentos tácitos para construir soluções; contribuiu para que os agricultores possam continuar a cultivar as suas terras; melhoria da bacia hidrográfica, com impactos positivos na qualidade da água e na pesca local em água doce como actividade recreativa.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Conquista da confiança dos agricultores e autoridades; resultados não imediatos por causa de grandes depósitos de poluição fluvial; funcionamento do sistema gira em torno dos esforços dos dois facilitadores; dificuldade de manter os Brook Councils após o financiamento acabar; é necessário que a participação se instale; todos os esforços participativos são e devem ser vistos como uma actividade contínua.

AÇÕES FUTURAS

Reestabelecer a intensidade Brook-councils (o projecto demonstrou que aprenderam a confiar nos facilitadores e não no processo ou no sistema; quando os facilitadores desapareceram, a estrutura não tinha sido integrada na prática dos participantes).

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

Assegurar que as capacidades sejam transformadas em competências.

RESPONSÁVEL
Johan Barstad
johan@hgut.no

<https://www.hgut.no>



REQUALIFICAÇÃO DE MATA DE VILAR



BACKGROUND

Mata de Vilar é um dos espaços verdes mais emblemáticos de Vila de Lousada. Localizada na freguesia de Vilar do Torno e Alentém, cobre uma área de 14 hectares, sendo a maior mancha de floresta nativa do concelho. A sua riqueza, singularidade e gestão valeram-lhe o certificado internacional de Floresta de Alto Valor de Conservação pelo FSC®. Esta floresta é também um lugar único para todas as memórias que a ligam à comunidade, ultrapassando já um século de história.

Em 2018, foi criado o projecto "Vilar Integra", visando a requalificação integrada da Mata de Vilar: "do turismo à sustentabilidade", promovido pela Câmara Municipal de Lousada e com o apoio do Turismo de Portugal. O projecto abrange intervenções inovadoras, com vista à valorização do património cultural natural da região, diversificação e complemento qualificado da oferta turística, sensibilização e informação do público sobre questões de conservação da natureza e sustentabilidade, e valorização da paisagem social local, através da ligação da promoção turística às comunidades locais.

OBJETIVOS

Promoção e demonstração de técnicas de conservação da natureza; Promocionar a alfabetização ecológica do público; Disseminar a educação ambiental; Criar empregos verdes; Ajudar a economia local; Promoção do turismo ecológico e científico; Contributo para a valorização e desenvolvimento sustentável das comunidades locais.

CONTEXTO

Político : Lousada está a implementar uma forma inovadora de educar para a sustentabilidade. A educação ambiental

está a ser informalmente incorporada em muitas acções diferentes em toda a sociedade, para que as boas práticas ambientais se tornem naturais e necessárias, sem necessariamente intitular as iniciativas como "propaganda verde". Estamos a trabalhar com escolas, empresas privadas e proprietários de terras, grupos culturais, equipas desportivas, paróquias, idosos, e muitos outros grupos para transformar o paradigma sócio-cultural e económico nesta comunidade marcadamente rural. Estamos a inspirar e a apoiar formas alternativas de criação de áreas de conservação e oportunidades de emprego, envolvendo a comunidade a fazê-lo ao mesmo tempo que cuidamos dos seus recursos naturais. O Município está totalmente empenhado com as Agendas Verdes, como o Acordo Verde Europeu e as ODS, e está assim a investir em vários projectos demonstrativos, como Mata de Vilar, para pilotar percursos de sustentabilidade.

Social : Mata de Vilar é uma floresta ligada à história e à cultura do Município. No entanto, nas últimas décadas, degradou-se e não era ecologicamente funcional. O projecto de requalificação visava explorar todo o potencial da floresta para a natureza, mas também para beneficiar as pessoas e a economia local. Devido às acções transformadoras que o Município tem vindo a implementar desde 2016, a comunidade está mais consciente e participativa em relação ao ambiente. A requalificação da floresta também proporcionou oportunidades ambientais e culturais a todos.

Ambiental : Mata de Vilar é uma floresta de carvalhos de 14 hectares que foi degradada até 2016. Não tinha vegetação rasteira, estava severamente infestada de espécies invasoras, não tinha lagoas ou cursos de água para a vida selvagem e não tinha estruturas de visitaçào.



REQUALIFICAÇÃO DE MATA DE VILAR (cont.)



AÇÃO TIPO

Requalificação ecológica e social de uma floresta.

STAKEHOLDERS

Município de Lousada; Área Protegida Local do Sousa Superior; freguesias; escolas; empresas locais; ONG's.

FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

180.000 euros do Turismo de Portugal para os principais trabalhos de requalificação ; 100.000 euros auto-financiados pelo Município de Lousada, Recursos humanos, maquinaria e equipamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ambiental: Restauração total de 14 hectares de floresta degradada; Criação de 4 lagoas para a vida selvagem; Restauração de um curso de água; Plantação de mais de 2.000 árvores e arbustos; Remoção de 7 hectares de espécies invasoras e conversão para floresta nativa; Instalação de mais de 50 abrigos para fauna (nest-boxes, bat-boxes, etc); Criação de mais de 200m de vedações de madeira morta (habitats para a vida selvagem); Preparação de 4 percursos pedestres com sinalização adequada.

Social: Criação de um serviço educativo; Provisão de condições para a fruição da natureza; Provisão de educação ambiental e actividades culturais; Promoção do voluntariado e envolvimento social; Formação de técnicos em recuperação ambiental e gestão sustentável das florestas.

Económico: Criação de três empregos verdes (e mais previstos em breve); Atracção do público para museus locais e outros serviços; apoio às pequenas empresas locais.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Ambiental: Beneficência da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos; -Protecção de espécies relevantes a nível local; Criação de um banco de sementes e de um viveiro de plantas; Demonstração das melhores práticas de gestão florestal.

Social: Provisão de um serviço educativo; Participação em actividades ambientais e culturais; Desfrutar de uma área natural para caminhar, relaxar, etc.; Inclusão de pessoas idosas e deficientes.

Económico: Criação de emprego; Boosting da economia local.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Financiamento; Realização atempada das obras previstas devido à burocracia e Covid-19.

AÇÕES FUTURAS

Investimento sobre a natureza inclusiva da floresta: criação de caminhos e equipamentos inclusivos; Restaurar o património cultural construído.

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

Restauração ecológica de áreas degradadas como um bem social e económico; Potencial educativo externo.

RESPONSÁVEL

Milene Matos e Ana Maria Pereira
lousada.ambiente@cm-lousada.pt

<https://www.cm-lousada.pt>



PARQUE MOLINOLÓGICO E FLORESTAL DE PIAS



BACKGROUND

Pias apresenta um conjunto de vários moinhos de água degradados e uma serra hidráulica tradicional que, no passado, representava um importante centro social e económico para a população de Pias e Lousada. O complexo de moinhos de água Pias localiza-se ao longo do rio Sousa, numa área que se encontrava ecológicamente degradada devido a uma utilização abusiva da terra para uma agricultura intensiva que levou à artificialização das margens do rio. O consequente aperto do rio provocou inundações locais regulares e a constante erosão das margens. Esta intervenção restaurou o perfil natural do rio, e criou formas sustentáveis de regular o fluxo de água que estão a beneficiar tanto a comunidade como a biodiversidade. O património construído será requalificado como um centro de educação ambiental centrado na valorização e promoção da agricultura tradicional, da cultura cerealífera e dos conhecimentos associados, da engenharia tradicional e dos sistemas de energia movidos pela água, e da consciência ecológica em relação aos rios.

OBJETIVOS

Promover e valorizar os sistemas tradicionais de agricultura e engenharia; Demonstrar técnicas de gestão sustentável da água e engenharia ecológica; Promover a biodiversidade; Promover a alfabetização ecológica do público; Disseminar a educação ambiental; Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das comunidades locais.

CONTEXTO

Político: O Município de Lousada está a implementar uma forma inovadora de educar para a sustentabilidade. A educação ambiental está a ser informalmente incorporada em muitas acções diferentes através das políticas municipais, para que as boas práticas ambientais se tornem naturais e necessárias, sem necessariamente intitular as iniciativas como "propaganda verde".

A trabalhar com vários atores para transformar o paradigma sócio-cultural e económico nesta comunidade marcadamente

rural. Inspira e apoia formas alternativas de criação de áreas de conservação e oportunidades de emprego, envolvendo a comunidade a fazê-lo ao mesmo tempo que cuidamos dos seus recursos naturais. Totalmente empenhado com as Agendas Verdes, como o Pcto Ecológico Verde e os ODS's, e está assim a investir em vários projectos demonstrativos, como este, para pilotar percursos de sustentabilidade. O Município criou a "Paisagem Protegida Local do Sousa Superior", uma área protegida que visa proteger e promover o património natural e cultural local. Este Parque é uma das mais importantes áreas de visita e pedagógicas da área protegida.

Social : O rio Sousa tem dezenas de moinhos de água que costumavam ser fulcrais para a economia local. Com a industrialização dos sectores dos cereais e da panificação, estes importantes marcos culturais foram abandonados, e muitos deles encontram-se actualmente em ruínas. Estes moinhos de água e outros artefactos foram importantes centros de comércio social e económico até cerca de 40 anos atrás. A requalificação deste complexo trará um importante significado pedagógico e cultural a este sítio patrimonial. Além disso, a restauração ecológica fará uma conciliação entre as actividades humanas e a conservação da biodiversidade no âmbito de um esquema de ordenamento do território sustentável.

Ambiental : O complexo de moinhos de água localiza-se ao longo das margens do rio Sousa. Nesta zona, em períodos de chuva intensa, a água subia e corria frequentemente rapidamente sobre os campos circundantes, correndo-os. A fim de mitigar estes impactos e regular o fluxo de água, especialmente no contexto das alterações climáticas, em que estão previstos mais episódios de chuva intensa e também períodos de seca, foram feitas três intervenções ecológicas. 1) Construção de um grande lago que fornecerá água em períodos mais secos. O tanque é também um hotspot para a vida selvagem. 2) As margens foram renaturalizadas através da remoção das paredes e da suavização das margens do rio, recriando o perfil natural do rio. 3) Florestação da galeria ribeirinha e zona envolvente, a fim de controlar a infiltração e o fluxo de água.



PARQUE MOLINOLÓGICO E FLORESTAL DE PIAS (cont.)



AÇÃO TIPO

Restauração ecológica e requalificação de uma zona ribeirinha.

STAKEHOLDERS

Município de Lousada; Área Protegida Local do Sousa Superior; Freguesias; Escolas; Empresas Locais; ONG's.

FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

200.000 € auto-financiados pelo Município de Lousada - Recursos humanos, maquinaria e equipamento florestal e construção da lagoa; 1.000.000 € previstos para a restauração do património construído.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ambiental: Mitigação dos impactos das alterações climáticas a nível local; Restauração total de 7 hectares de uma área ecológica degradada; Criação de um tanque de 2000 m2 para a vida selvagem; Remoção de espécies invasoras; Renaturalização de um troço de rio; Regulação do fluxo da água; Promoção da biodiversidade, tanto aquática como florestal; Plantio de mais de 500 árvores e arbustos; Criação de um grande "anfiteatro" de madeira morta para a biodiversidade; Preparação de uma pista de caminhada com sinalização adequada; Fornecimento de Energia ecológica para o centro ambiental (energia hídrica).

Social : Criação de um centro educativo; Promoção e valorização do património local relativamente à agricultura, às culturas cerealíferas e ao universo dos moinhos de água; Provisão de educação ambiental e actividades culturais; Promoção do voluntariado e envolvimento social; Formação de técnicos em restauração ambiental, gestão sustentável das florestas e da água.

Económico: Criação de empregos; Atracção do público para serviços locais; Apoio às pequenas empresas locais.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Ambiental: Beneficiência da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos; Mitigação dos impactos das alterações climáticas; Protecção da biodiversidade aquática e florestal; Demonstração de soluções de engenharia baseadas na natureza para a gestão da água; Restauração de uma zona ribeirinha.

Social: Provisão de um centro educativo; Participação em actividades ambientais e culturais; Promoção do património cultural e natural local; Valorização das técnicas tradicionais e do património rural.

Económico: Criação de emprego; Boosting da economia local.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Financiamento.

ACÇÕES FUTURAS

Investimento na requalificação do património construído; Produção de conteúdos pedagógicos.

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

Restauração ecológica de áreas degradadas como um bem social, ambiental e económico; Protecção do património cultural; Atenuação das alterações climáticas a nível local; Gestão da água através de técnicas de engenharia natural (soluções baseadas na natureza); Potencial de educação ao ar livre.

RESPONSÁVEL
Milene Matos / Daniela Barbosa
lousada.ambiente@cm-lousada.pt

<https://www.cm-lousada.pt>



REDE MUNICIPAL DE ÁREAS PROTEGIDAS



CONTEXTO

Político: O Município de Lousada está a implementar uma Estratégia transformadora para a Sustentabilidade desde 2015. A Estratégia está estruturada em cinco eixos principais: 1) Conservação da natureza e investigação; 2) Educação ambiental e alfabetização científica; 3) Envolvimento social; 4) Infra-estruturas; 5) Pacto ecológico verde interno.

Um dos principais objetivos desta estratégia de governo local é o de melhorar a biodiversidade e os serviços ecossistémicos associados através de campanhas de restauração e de reconstrução. O Município está totalmente empenhado com as agendas verdes internacionais e nacionais, como o Pacto Ecológico Europeu e os ODS, e está assim a investir em vários projetos demonstrativos, como este, para pilotar percursos de sustentabilidade.

Económico: Após seis anos de implementação da Estratégia para a Sustentabilidade, o contexto social mudou, e permitiu-nos introduzir projetos mais complexos e ambiciosos. Para tal, foi necessária uma agenda de educação ambiental aprofundada, com a Câmara Municipal a afirmar e reafirmar objetivos verdes em todas as suas ações e comunicações ao longo do tempo. A implementação da Rede Municipal de Áreas Protegidas só foi possível depois de a comunidade ter compreendido a direção geral de sustentabilidade planeada para o território e a sua população, e depois de ter sido construída uma relação de confiança. A PPLSS, em particular, foi criada após um processo participativo exaustivo que envolveu mais de 600 pessoas que viviam na área a ser classificada. A comunidade foi ouvida e teve a oportunidade de partilhar os seus pontos de vista e preocupações, e de apresentar propostas que serão inseridas no Plano de Gestão oficial. A rede de micro-reservas foi criada em parceria com os proprietários privados, com os quais o município tem vindo a trabalhar desde os primeiros dias da agenda verde.

Ambiental : Lousada é um território muito alterado, cujos recursos naturais enfrentam uma tremenda pressão humana. Os terrenos estão a ser ocupados/construídos a um ritmo de 7 hectares, em média, por ano. Assim, a protecção da natureza e dos ecossistemas foi estabelecida como uma prioridade máxima. Neste contexto, a melhoria da rede de infra-estruturas verdes e azuis do concelho é fundamental. Após uma investigação aprofundada sobre a fauna, flora e também valores culturais da região, foram definidas áreas prioritárias para a conservação e protecção. Os objetivos são proteger os bens de biodiversidade existentes e relevantes, melhorar a condição ecológica geral, promover a conectividade ecológica e restaurar onde necessário. Relativamente ao ordenamento do território e à conservação da natureza, a criação de uma rede de áreas protegidas foi identificada como uma metodologia de excelência. A "Paisagem Protegida Local do Sousa Superior" (PPLSS - Local Protected Area of the Superior Sousa) foi então criada - uma área protegida que visa proteger e promover o património natural e cultural local em 1609 hectares ao longo do rio Sousa. Esta grande área protegida, e a conservação da natureza em geral, é apoiada por uma rede de micro-reservas para a conservação da natureza espalhadas por todo o território em hotspots de biodiversidade. Trata-se de uma rede de 25 pequenas áreas (variando entre 0,5 a 15 hectares cada), que no total ocupam cerca de 100 hectares tanto em propriedades públicas, como em privadas.

AÇÃO TIPO

Criação de uma rede de pequenas áreas protegidas para proteger a biodiversidade e aumentar a conectividade ecológica.

STAKEHOLDERS

Município de Lousada; proprietários de terras; empresas locais; ONG's.



REDE MUNICIPAL DE ÁREAS PROTEGIDAS (cont.)



FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

Auto-financiado pelo Município de Lousada: 30.000 euros - Criação do PPLSS, 60.000 euros/ano - Manutenção básica do PPLSS, 40.000 euros/ano - Manutenção da rede de micro-reservas.

Financiamento externo para ações específicas:

- Água, energia e gestão de resíduos, Trabalho de campo e intervenções, Ações de restauração ecológica (plantações, controlo de espécies invasoras, limpeza de camas, etc.), Cooperação Internacional, Formação de pessoal, Sensibilização.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Impactos específicos da prática Ambiental:

- Benefício da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos
- Restauração dos ecossistemas
- Mitigação dos impactos das alterações climáticas
- Proteção dos ecossistemas e da biodiversidade contra a expansão urbana e a sobrepressão das actividades humanas
- Demonstração de soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento territorial
- Promoção da conectividade ecológica
- Planeamento territorial sustentável.

Social:

- Prestação de um melhor ambiente e qualidade de vida
- Participação em actividades ambientais e culturais
- Promoção/valorização do património cultural e natural local.

Económico:

- Criação de emprego
- Impulsionar a economia local
- Encorajar o turismo rural.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Ambiental: Beneficiência da biodiversidade e dos serviços ecossistémicos; Mitigação dos impactos das alterações climáticas; Protecção da biodiversidade aquática e florestal; Demonstração de soluções de engenharia baseadas na natureza para a gestão da água; Restauração de uma zona ribeirinha.

Social: Provisão de um centro educativo; Participação em actividades ambientais e culturais; Promoção do património cultural e natural local; Valorização das técnicas tradicionais e do património rural.

Económico: Criação de emprego; Boosting da economia local.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Falta de oportunidades de financiamento, Burocracia, Gestão de certos intervenientes-chave menos conscientes.

ACÇÕES FUTURAS

Pesquisa de oportunidades de financiamento, Produção de conteúdos pedagógicos, Implementação da sinalização, Comunicação mais fácil.

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

Áreas protegidas como caminho para o ordenamento sustentável do território, Técnicas de restauração ecológica, Conservação da biodiversidade e conectividade ecológica, Soluções baseadas na natureza para o desenvolvimento territorial, Protecção do património natural e cultural, Atenuação das alterações climáticas a nível local, Potencial de educação ao ar livre.

RESPONSÁVEL
Milene Matos
lousada.ambiente@cm-lousada.pt

<https://www.cm-lousada.pt>



É uma freguesia portuguesa do concelho de Lisboa, pertencente à Zona Oriental da capital. Tem uma área de 809 hectares e 32107 habitantes, sendo uma das freguesias mais populosas da cidade de Lisboa. Grande parte do território ocidental da freguesia é ocupado pelo Aeroporto de Lisboa:

1. Horta da Oliva
2. Projetos de Inclusão Social e Educação Ambiental
3. Olivais em Bicicleta



Vanessa Madeira
Junta de Freguesia dos Olivais



Vanessa Madeira - Junta de Freguesia dos Olivais



RESPONSÁVEL
Vanessa Madeira
vanessa.madeira@jf-olivais.pt
<https://www.jf-olivais.pt/>



PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO LOCAL ROGALAND COUNTY



BACKGROUND

Uma política geral há mais de 30 anos. Um esforço iniciado em 2015 pela Direcção dos Cuidados de Saúde para melhorar as capacidades e capacidades dos municípios para utilizar diferentes métodos e ferramentas para aumentar a participação. A HGUt esteve envolvida como conselheira e mentora dos municípios e do condado de Rogaland. E desde 2019, a HGUt tem estado diretamente envolvida como mentora do município de Tysvær.

OBJETIVOS

Ajudar os municípios a desenvolver conhecimentos práticos sobre como utilizar várias técnicas para o envolvimento dos cidadãos: Formação na utilização da metodologia ciência cidadã; utilização do envolvimento local como instrumento para melhorar a qualidade e diversidade no planeamento público.

DESCRIÇÃO

A HGUts tem consultado activamente os municípios e tem-lhes dado formação para compreenderem e se envolverem.

Formação em abordagens como o método de planeamento comunicativo, metodologias baseadas no diálogo, metodologias baseadas em activos e não em défices (por exemplo, planeamento comunitário rural baseado em activos - ABRCD) e outros métodos inclusivos e de desenvolvimento de capacidades.

CONTEXTO

Os municípios e condados noruegueses são obrigados a envolver os cidadãos em actividades de planeamento público (The Norwegian Planning Act). Este é um processo contínuo e em desenvolvimento, que tem sido o pilar no planeamento Municipal desde 1080. Durante a última década, foram feitas várias tentativas por autoridades políticas a nível nacional e regional (condado) para melhorar este trabalho, e para desenvolver competências a nível local. No contexto político norueguês, o nível local é o principal nível de envolvimento, uma vez que todo o planeamento é implementado a este nível, e os Municípios são a entidade central para a mobilização, participação e envolvimento. Isto torna imperativo o envolvimento directo dos cidadãos no processo de planeamento por duas razões :onstruir e ampliar o sentido de democracia e representatividade ; assegurar a

introdução do maior número possível de alternativas e ideias aos organismos responsáveis (a melhor forma de o fazer é assegurar uma participação ampla e activa).

O planeamento municipal compreende todos os aspectos da vida dos cidadãos através de diversos planeamentos: paisagístico, dos vários serviços públicos, do estrutural escolar, dos cuidados de saúde, da integração dos refugiados, da igualdade e os direitos dos cidadãos.

A participação activa é vista como uma forma de capacitar os grupos fracos e vulneráveis, e assegurar que a sua voz seja ouvida e levada a sério no processo de planeamento.

Procura ainda assegurar que todas as áreas dos Municípios - que podem estar isoladas e não ser facilmente acessíveis - sejam assim ajudadas para um melhor desenvolvimento social.

O uso do solo e o planeamento ambiental são dois aspectos centrais no planeamento municipal na Noruega, assim como assegurar que as considerações ambientais estão a ser integradas em todos os aspectos do planeamento público em geral. O envolvimento activo dos cidadãos é visto como crucial. Através de uma participação ampla e activa das pessoas que residem nas diferentes comunidades, aumentam as possibilidades de identificar as questões mais importantes e encontrar as soluções mais adequadas.

AÇÃO TIPO

Desde 2019, os municípios de Rogaland envolveram-se em vários projectos destinados a aumentar as possibilidades e capacidades de participação dos cidadãos e a capacitar os funcionários municipais de modo a melhorar os processos de participação pública.

STAKEHOLDERS

Direcção Norueguesa da Saúde, Condado de Rogaland, município de Tysvær, ONG's locais e representantes da comunidade.

FINANCIAMENTOS / RECURSOS HUMANOS

Financiado pela Direcção de Saúde através do Condado de Rogaland : 45000 euros no período de 2015 - 2019; Auto-financiado pelo Município de Tysvær: 24000 euros no período de 2019 - 2022, cerca de 50% de posição por ano, 2015 - 2022; Auto-financiado pela HGUt: Cerca de 50% de posição por ano, 2015 - 2022.



PARTICIPAÇÃO NO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO LOCAL ROGALAND COUNTY (cont.)



Ann-Kristin Berge Dahle
Tysver Kommune

PRINCIPAIS RESULTADOS

Ambientais: Maior sensibilização para as questões ambientais e o seu papel no planeamento municipal e comunitário local; áreas identificadas de especial importância ambiental; maior enfoque na necessidade de integrar o planeamento ambiental com todas as formas de planeamento municipal (Ambiente em todos os Planos!).

Social: Aumento dos conhecimentos dos cidadãos sobre como se envolverem e se envolverem em actividades de planeamento; permitir a participação de um meio local.

Económico: Melhorar a qualidade do planeamento local, municipal através de uma melhor identificação das áreas de conflitos; reduzir os custos através de uma maior qualidade e melhor adequação aos planos.

IMPACTOS ESPECÍFICOS DA PRÁTICA

Social: Aumentou o conhecimento do processo de planeamento; habilidade em facilitar processos de planeamento a nível local

(submunicipal); formação de políticos e não apenas de funcionários municipais.

Económico: Poupança de dinheiro através de melhores práticas; incentivo a residir nas comunidades locais, assegurando que as infra-estruturas locais são mantidas em qualidade; melhores possibilidades de turismo de base local.

DIFICULDADES ENCONTRADAS/ LIÇÕES APRENDIDAS

Demora algum tempos para as pessoas se envolverem no projeto ; baixo nível de financiamento nacional/regional.

AÇÕES FUTURAS

Procura de oportunidades de financiamento; formação de políticos e funcionários em métodos participativos; desenvolvimento de um manual participativo municipal.

POTENCIAL DE APRENDIZAGEM

A todos os níveis ainda existem grandes potenciais para a construção de novos conhecimentos e como encontrar melhores soluções locais adaptadas.

RESPONSÁVEL

Ann-Kristin Berge Dahle

ann-kristin-berge.dahle@tysver.kommune.no

<https://www.tysver.kommune.no>



A integração no projeto Future Planning possibilitou a troca de experiências e abordagens muito pertinentes, não só pelos percursos profissionais e formação dos membros das diferentes entidades, ASPEA e Norwegian University College of Green Development, que enriqueceram as análises aos diferentes projetos e boas práticas partilhadas, mas por todos os comentários e sugestões de melhoria dos projetos que estão a ser implementados em Lousada. A inclusão da comunidade, de forma intergeracional, nas tomadas de decisão de projetos que visem a intervenção na paisagem e na gestão do território, a importância do “repurposing” e de saber como dar uma nova roupagem a práticas, técnicas e até paisagens antigas, a sua observação e análise sob um ponto de vista prática e atual, tornando-os sustentáveis e atrativos nos dias de hoje foram algumas das boas práticas mais significativas partilhadas durante os momentos de co-aprendizagem do projeto.

Ana Maria Pereira

A possibilidade de discutir a gestão sustentável do território com pessoas que estudam este tema e com provas e exemplos práticos do sucesso de algumas estratégias foi inspiradora. Desde a forma que pensamos na gestão florestal e agrícola, até à estratégia de planeamento do nosso tecido urbano, é crucial uma análise profunda para sermos cada vez mais sustentáveis nas metodologias que adotamos. Este encontro foi inspirador ao mostrar os vários exemplos práticos que já decorrem noutros contextos e como os podemos adaptar à realidade do território onde trabalhamos.

Rafael Marques

TESTEMUNHOS

Uma das partes mais importantes do nosso trabalho é sermos capazes de comunicar a nossa mensagem ambiental a outras pessoas. Torná-los capazes de compreender e transmitir essa mensagem também a outras pessoas. Partilhar as boas práticas e experiências em planeamento territorial sustentável, e ajudar-nos a melhorar os nossos próprios conhecimentos e práticas, dando exemplos reais de vida de outras partes do mundo. Mas também partilhar a nossa própria experiência, que irá inspirar a mudança noutros países. Devemos abraçar as diferenças, e promover este tipo de experiências internacionais que enriquecem o nosso próprio trabalho e país.

Pedro Sá

A cooperação Portugal - Noruega mostrou-se profícua, permitindo demonstrar métodos e práticas de gestão sustentável do território. A Paisagem Protegida Local do Sousa Superior surtiu interesse continuado no decorrer do projeto, tendo o comentário e a felicitação mais comum sido a capacidade em articular e comunicar com diversos atores políticos, sociais e diretamente com a comunidade. A visão conservadora e ditatorial da gestão de uma área protegida com condicionalismos e formalismos, na realidade de Lousada, fruto também da organização administrativa de Portugal com a participação ativa das juntas de freguesia não se verifica neste caso, tendo a aprendizagem do intercâmbio se centrado também, direta e indiretamente, na partilha comum de que não há outra alternativa senão caminhar juntos, mediar conflitos e construir coletivamente o território sem uma hierarquização demasiado formal das ações.

Ricardo Noqueira Martins

A oportunidade de partilhar os esforços realizados em Lousada relativamente ao planeamento territorial sustentável foi de grande interesse para mim, uma vez que os participantes do evento puderam não só ter conhecimento do trabalho realizado, mas também partilhar a sua própria experiência relativamente aos vários tópicos. O intercâmbio e as conversas contínuas também nos ajudarão a melhorar o nosso trabalho e a aumentar a nossa rede internacional e intersectorial, algo que valorizamos muito no nosso campo de trabalho. Quanto ao meu particular enfoque na preservação de grandes árvores, a possibilidade de compreender como o nosso trabalho poderia ser replicado noutros países europeus é muito gratificante e inspirador, de modo a podermos aspirar a coisas maiores e melhores no futuro.

João Gonçalo Soutinho

Como representante de uma área protegida regional, que envolve três municípios parceiros e enfrenta grandes desafios em termos de planeamento e gestão sustentáveis, a oportunidade de viajar para a Noruega e encontrar pessoas com grandes conhecimentos e experiência nesta matéria foi sem dúvida muito enriquecedora. Os noruegueses têm um espírito de comunidade e uma cultura de participação cívica que são verdadeiramente inspiradores. Este intercâmbio foi extremamente importante, dada a formação técnica, partilha e reflexão, tendo já efeitos positivos sobre o trabalho que estamos a desenvolver. Estou muito grato a todos os envolvidos por esta oportunidade de aprendizagem e crescimento pessoal e profissional.

Raquel Viterbo



DESAFIO FUTURE PLANNING

Um guia aberto para todos que queiram participar, partilhar, implementar Boas Práticas.

Educadores, decisores políticos, investigadores enviem-nos as vossas boas práticas.

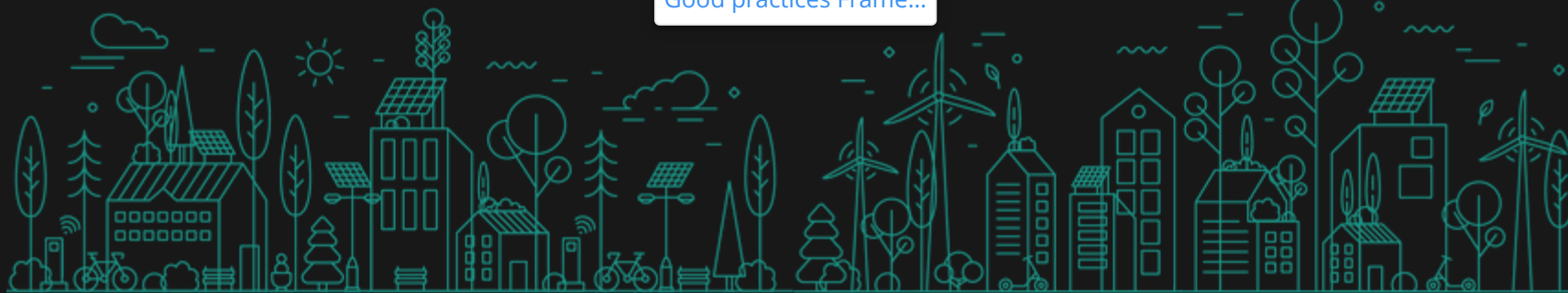
Se ainda não está a fazer, é altura de começar a pensar numa e pô-la em prática.

Preencha o word que se encontra nesta página e envie para del.lisboa@aspea.org. No assunto escreva Boa Prática Future Planning.

Queremos que este e-book cresça todos os dias e deste modo caminharmos para um planeta com menos impactos ambientais negativos, e que a qualidade de vida ambiental melhore.



Good practices Frame...



PARCEIROS



**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE
EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

<https://aspea.org/index.php/pt/>



**município de
lousada**

**CÂMARA MUNICIPAL DE
LOUSADA**

<https://www.cm-lousada.pt/>



**HØGSKULEN
FOR GRØN
UTVIKLING**

**ESCOLA SUPERIOR PARA O
DESENVOLVIMENTO VERDE**

<https://hgut.no/en/home/>

CONVIDADOS



Iceland 
Liechtenstein
Norway grants



**FUTURE
PLANNING**

Working together for a **green competitive** and **inclusive** Europe

eeagrants.gov.pt eeagrants.org



HØGSKULEN
FOR ØKONOMI
UTVIKLING